

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	61

Lamento muito o entendimento majoritário deste Plenário, embora eu o respeite sempre. Eu queria colocar este ponto, o que a gente entende como um caminho para melhorar a educação brasileira: uma perspectiva que é restrita, que é particular, ou uma perspectiva que é mais universal, plural e diversa, com investimento e com priorização daquilo que é estruturante no debate educacional?

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Na ausência do Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, solicito à Deputada Júlia Lucy que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu adoraria, mas sou uma das autoras do projeto, com muito orgulho.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – A Presidência designa o Deputado Roosevelt Vilela para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Roosevelt Vilela, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 356/2019, de autoria do Deputado João Cardoso, que “dispõe sobre a educação domiciliar, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.167/2020, de autoria do Deputados Júlia Lucy, Delmasso e Eduardo Pedrosa, que “dispõe sobre o ensino domiciliar no Distrito Federal e dá outras providências” e Projeto de Lei nº

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	62

1.268/2020, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o ensino domiciliar no Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do substitutivo da Emenda nº 7 ao substitutivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Em discussão o parecer da CEOF.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e, muito embora não se diga que esse projeto tem impacto orçamentário, nós decidimos consultar a nossa Unidade de Economia e Finanças, muito respeitada aqui na Câmara.

Quero até fazer um diálogo mais direto com a Deputada Júlia Lucy, que sempre tem uma atenção muito grande com o impacto orçamentário e já votou aqui vários projetos contrariamente por ter impacto orçamentário sem previsão.

E quero também chamar a atenção dos Líderes do Governo, especialmente o Deputado Hermeto e o Deputado Cláudio Abrantes,

s/Raquel Veloso

Revisor Rodrigo

ou contrariamente, por ter impacto orçamentário sem previsão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	63

Também chamo a atenção dos Líderes do Governo, especialmente Deputado Hermeto e Deputado Cláudio Abrantes, pelas seguintes razões: um estudo apresentado pela Unidade de Economia e Finanças é muito taxativo e muito claro em dizer que, sim, o projeto enviado pelo governo tem impacto orçamentário.

Projeto este assinado e enviado pelo ex-Secretário João Pedro, vale dizer isso, porque o atual Secretário Leandro, até onde dialogamos, já se mostrou contrário a esse projeto. Até questionei por que o governo não o retirava, principalmente, pensando neste risco: o risco de infração da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O governo, com este projeto, pode estar incorrendo em crime de responsabilidade por não prever os impactos orçamentários da proposta.

Eu vou dizer quais são:

O art. 1º no projeto de lei diz que “deve haver orientação e supervisão do poder público.”

O art. 3º diz que “o estudante terá todos os direitos relativos aos serviços públicos de educação às famílias.”

Mais à frente fala-se em um cadastro permanente, no art. 9º.

Estou me referindo, especificamente, ao Projeto de Lei nº 356.

No PL nº 1.268, esse, sim, de autoria do Poder Executivo, diz que: “fica a cargo do Poder Executivo acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento dos discentes – art. 2º.”

Fala-se também de registro por parte da Secretaria de Educação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	64

No art. 3º fala-se da necessidade de garantir a vaga na Rede Pública de Ensino dos alunos que desejarem voltar ao ensino regular.

Fala-se de processo de avaliação, de regulamentação e periodização. Critérios de avaliação.

Fala-se de parcerias com as entidades de apoio de educação domiciliar, possibilitando, inclusive, convênios, ou seja, tudo isso impacta, do ponto de vista de pessoal e do ponto de vista de estrutura, um acréscimo, uma dilatação daquilo que, hoje, existe na Secretaria de Educação.

Sim, há impacto orçamentário, há impacto financeiro, e digo isso, especialmente, em relação ao projeto do governo. Esse impacto, orçamentário e financeiro, não veio com a proposta, o que gera um risco para o próprio Poder Executivo de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação ao laudo psicossocial a cada seis meses a pergunta é: quem é que vai emitir esse laudo? E se a família quiser exigir que o governo emita? O governo terá impacto orçamentário, terá despesa.

Então, mais uma vez, registrando do ponto de vista da norma técnica e considerando o estudo... Muita gente fala aqui que vota com base na técnica, que é técnico na sua apreciação de projetos de lei. Então, se há consideração do fator técnico, considerem a técnica emitida e propagada, divulgada pela Unidade de Economia e Finanças - UEF aqui da Câmara Legislativa e, digo mais uma vez, ela é taxativa, clara e objetiva: há impacto orçamentário.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	65

O Governo do Distrito Federal, ao enviar a esta Casa uma lei, um projeto de lei sem o detalhamento da previsão orçamentária incorre na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que pode se tornar um grande problema para o Poder Executivo futuramente.

Então, trago aqui essa dimensão que é muito importante para o debate e que tem que ser considerada, sim, em relação à nossa apreciação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não há nada de preconceito em relação à minha posição.

A Deputada Júlia Lucy fez referência a uma visão preconceituosa da minha parte.

Eu não tenho preconceito com nada, muito menos preconceito com esse projeto; eu tenho é uma visão clara do que ele representa. Olha só: hoje, nós estamos vivendo num País em que cada vez mais governantes irresponsáveis procuram se desobrigar de suas responsabilidades com as políticas públicas.

Esse projeto instituído fará, imediatamente, com que esses irresponsáveis pensem em disseminá-lo. Isso representará a destruição do Sistema Educacional Brasileiro. É um risco!

Eu vejo o Deputado Delmasso falar de defesa das minorias. Eu queria, Deputado Delmasso, que V.Exa. defendesse as minorias em todos os casos. Todos os casos! Não apenas com relação a esse projeto, certo?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	66

Então, eu penso que o que nós temos que defender aqui é que a educação precisa ser instituída nas instituições de ensino. Os professores que estudaram pedagogia, que estudaram didática, portanto, têm como propósito não só informar os estudantes, mas também contribuir para a sua formação cidadã

....segue Nara

Revisor Rodrigo

contribuir para a sua formação cidadã. É esse o grande objetivo. Ao trazer esse jovem, esse adolescente ou essa criança para o ensino exclusivamente domiciliar, você está impedindo, inclusive, um processo de socialização, que é fundamental para a formação do futuro adulto. Você imagina: uma criança que fica dentro de casa estudando com os pais e que não tem a possibilidade de conviver com a diversidade que é uma escola, onde há alunos negros, onde há alunos *gays*, onde há alunos pobres, onde há alunos ricos... Essa vivência com essa diversidade é fundamental na formação do indivíduo futuro. É sobre isso que nós temos que refletir.

Eu lamento enormemente que a gente tenha que aqui, nesta Casa, passar por cima de normas existentes hoje no Brasil, e o parecer do Ministro Alexandre Moraes, lá no Supremo Tribunal Federal, é muito claro, mostrando a inconstitucionalidade do projeto, porque mesmo que a Constituição, no art. 207, fale da possibilidade da participação da família... Nós queremos a participação da família, sim. É por isso que nós defendemos a gestão democrática e defendemos os conselhos escolares com a participação integral das famílias, para que elas possam participar inclusive da

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	67

construção do projeto político-pedagógico das escolas. É isso o que nós queremos defender.

Então eu penso assim: nós não podemos, neste momento, nos dobrar ao desejo de algumas poucas pessoas para desconstruir uma coisa que é coletiva, que é pública e que atende à maioria das pessoas. Eu, mais uma vez, repito: eu duvido que alguém das classes menos favorecidas (falha no áudio) para fazer a educação dos seus filhos.

Então eu penso, gente, que esta Câmara Legislativa está dando hoje uma demonstração clara de cegueira política – de cegueira política –, passando por cima de argumentos extremamente válidos de inúmeras – inúmeras! – entidades educacionais brasileiras, passando por cima de argumentos do próprio Supremo Tribunal Federal para aprovar alguma coisa em nome, segundo alguns disseram, do direito de algumas minorias. Ora, por que vocês não defendem o direito das minorias em todos os casos, não é? Então eu penso que é um equívoco.

Eu quero, mais uma vez, dizer que eu vou votar contra esse projeto. Acho que mais Deputados deveriam refletir sobre a sua posição. Não é possível que aqui, nesta Casa, a gente passe por cima de legislações, de regramentos da educação pública brasileira, da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de um monte de coisas para votar esse projeto.

Eu lamento muito que isso esteja acontecendo nesta Casa. Para mim é motivo de muita tristeza ver a gente se dobrar a argumentos como esses que aqui estão sendo postos de que algumas famílias desejam que os seus filhos percam a possibilidade de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	68

se socializarem, de conhecerem a diversidade humana. Poxa, para a formação do futuro adulto, isso é decisivo. Decisivo!

Então eu gostaria de pedir aos colegas que ainda tenham oportunidade de refletir sobre a inoportunidade desse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, eu queria fazer uma reflexão com todos os Deputados.

Quer dizer, então, que um pai e uma mãe não têm capacidade de ensinar o seu filho a respeitar a diversidade? Quer dizer, então, que um pai e uma mãe não têm a capacidade de ensinar o seu filho a respeitar o ser humano, independente das suas escolhas? Quer dizer, então, que só a escola tem a capacidade de ensinar uma criança a respeitar um indivíduo?

Lamentável essa visão, porque a minha mãe foi capaz de me ensinar a respeitar as pessoas, independente das suas escolhas. O meu pai foi capaz de me ensinar a respeitar as pessoas, independente das suas posições ideológicas. Posso até não concordar com elas, mas respeito.

s/Fran

REVISÃO: TATIANA (teletrabalho)

Posso até não concordar com elas, mas respeito. Com isso, claro, não posso tirar a competência dos pais educadores e das mães educadoras de ensinar aos seus filhos o respeito à diversidade. Por isso, eu não posso tirar o direito deles de ensinar

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	69

os seus filhos nas suas casas. Não posso! Não tenho esse direito. Não tenho esse direito de limitá-los ou até mesmo de direcioná-los ao sistema formal, vamos dizer, de educação.

Até porque eu sou um crítico do atual sistema e até mesmo do acesso à universidade. Todos nós sabemos que no acesso à universidade você não avalia um aluno pela inteligência que ele tem, mas, sim, pela capacidade que ele tem de reproduzir. Claro que o processo melhorou muito durante o tempo. Mas, enfim, não estou fazendo esse debate sobre o acesso à universidade.

Em relação à defesa das minorias, defendo, sim, Deputada Arlete Sampaio, que todos têm o direito de serem respeitados independentemente das suas escolhas. V.Exa. sabe que eu nunca fiz aqui um discurso de ódio a minoria nenhuma. Tenho, sim, as minhas posições ideológicas. Eu fui eleito para este Parlamento com essas posições ideológicas, mas sempre respeitando as posições ideológicas divergentes, muitas vezes ou em algumas vezes até sendo derrotado neste plenário. Sempre respeitei! Sempre! Nunca fiz discurso de ódio! Nunca fiz discurso de perseguição! Até porque eu acredito que todos devem ser respeitados independentemente da sua escolha, independentemente da sua cor, independentemente da sua posição ideológica.

Sempre fiz isso e sempre o farei. Agora, não vou me furtar ao debate, porque os mais de 23 mil eleitores que foram às urnas e votaram neste Deputado votaram porque acreditaram que a minha bandeira ideológica é a correta. Da mesma forma que os eleitores do Deputado Fábio Felix foram às urnas... E eu falo isso porque nós

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	70

antagonizamos, do ponto de vista ideológico. Os eleitores do Deputado Fábio Felix foram às urnas e o elegeram Deputado Distrital. Eu respeito S.Exa. e seus eleitores, mesmo tendo posições antagônicas.

Respeito, Deputada Arlete Sampaio, V.Exa., que, da mesma forma, também tem uma posição antagônica à minha. Respeito seus eleitores e não chamo a senhora para dizer que a senhora não defende a família. Eu acredito que a senhora defenda a família da forma que a senhora vê e sempre respeito.

Não vamos jogar para a plateia e não vamos fazer retórica, na minha visão, desrespeitosa.

O que eu quero dizer, para finalizar, nos dez segundos que eu tenho, é que as famílias, sim, têm condições de ensinar às crianças o respeito à diversidade, o respeito a qualquer tipo de escolha, até porque eu aprendi isso dentro da minha casa, com a minha mãe e com o meu pai. Eu aprendi isso como princípio e valor que foram colocados na minha formação e foram reforçados na escola.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELMASSO – Para concluir, Deputado Iolando Almeida, defendo, sim, o direito de a família formar e ensinar os seus filhos e as suas filhas da forma que eles acharem que devem. Isso, sim, é defender a liberdade.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Continua em discussão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	71

Para discutir, concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy e, logo em seguida, ao Deputado Delegado Fernando Fernandes.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Sr. Presidente, eu acho que o Deputado Prof. Reginaldo Veras pediu a palavra primeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Antes da senhora, Deputada Júlia Lucy?

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Acho que sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para a gente tentar dar alguns argumentos

S/Dilza

REVISÃO: TATIANA (teletrabalho)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para a gente tentar dar alguns argumentos, sem personificar, e sem botar em extremos a posição.

Eu sou professor de formação, sou bacharel e licenciado em Geografia, com experiência de quase trinta anos de sala de aula. E sou um professor renomado, respeitado no mercado, segundo dizem os meus próprios alunos e as instituições de ensino pelas quais eu passei. E eu trabalhei em várias partes do Brasil.

Ensinar é coisa séria, Sr. Presidente, muito séria. Eu não estou dizendo aqui que os pais não tenham a capacidade de fazê-lo. Quando realizamos aqui uma audiência

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	72

pública, a maioria das pessoas que estavam participando e que queriam a educação domiciliar diziam: “Olha, eu trabalho o dia inteiro, mas a minha mulher fica em casa e ela é formada em Pedagogia”. Ótimo, isso é perfeito! Você tem uma pessoa capacitada e habilitada para fazer o acompanhamento estudantil. E as famílias que não têm? Significa que qualquer um pode ser professor, agora?

Segundo a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, você tem que ter registro em licenciatura para lecionar. Então nós vamos ter que extirpar esse artigo da LDB, ao autorizar que qualquer um sem formação possa ensinar. Porque o fato de ensinar em casa ou ensinar na escola é ensinar, senhoras e senhores.

Só para ver como estamos em um melindre muito significativo, tramita no Senado Federal um projeto de lei que torna crime, inclusive com penalidade, exercer ilegalmente a profissão de professor. Então não é uma matéria fácil de discutir. Tramita no Senado Federal o projeto de lei, Deputada Júlia Lucy, V.Exa. fez aí cara de assustada. Quem exercer ilegalmente a profissão de professor sem, como manda a LDB, a devida licenciatura, incorre em crime. O projeto está tramitando no Senado Federal.

Então, vê-se que nós estamos em um assunto complexo, cujo debate não pode se limitar a essa simples questão de que eu sou capaz ou não sou capaz, de que a minha família pode ou a minha família não pode.

O assunto não pode se limitar, como eu estou aqui acompanhando os comentários nas redes sociais... Eu não vou citar nomes, mas um dos defensores disse que vai destruir o ensino público, fazendo referência à fala da Deputada Arlete

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	73

Sampaio. "Ora! Ele já é destruído. Vários pais sabem educar melhor que grandíssima maioria desses professores atuais." É um comentário imbecil. Estou respondendo imbecil, porque a fala dele foi imbecil. Não é verdade, não. Se a maioria dos pais soubessem ensinar melhor que os professores brasileiros, essa educação domiciliar já tinha tomado conta de todo o Brasil, e não de 30 mil famílias.

Então, as pessoas que estão debatendo aqui no grupo procurem ser mais coerentes. Deputado tem formação, Deputado não é bobo, não. O pessoal acha que nós estamos aqui discutindo uma situação sem saber o que está rolando. É no mínimo uma questão de respeito. Esses posicionamentos extremados só dificultam a análise e o bom debate da temática.

Eu já disse aqui por que sou contra: porque fere a LDB, porque fere a Constituição Federal, porque há um vazio constitucional, como a Deputada Júlia Lucy já abordou, S.Exa. que é uma das defensoras. E, como a matéria é concorrente, S.Exa. entende que o Distrito Federal pode legislar a respeito disso.

Concordo com o Deputado Leandro Grass, claro que gera ônus, sim. Se você vai criar um espaço dentro da Secretaria, seja com os profissionais que já há ou com qualquer outro, para acompanhar esse processo, isso cria, sim, uma atribuição ao Poder Público. Então, o debate é mais complexo que isso aqui.

Por entender que a matéria fere princípios normativos, jurídicos e constitucionais, o meu voto é contrário.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Continua em discussão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	74

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Fernando Fernandes. Logo após, à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADO DELEGADO FERNANDO FERNANDES (PROS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, só para esclarecer: apesar de estarmos votando e dando oportunidade para algumas famílias de terem a prerrogativa da educação domiciliar, como bem disse o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Leandro Grass, o Deputado Prof. Reginaldo Veras e outros, nós vamos continuar, sim, lutando aqui na Câmara Legislativa por uma educação de qualidade, uma educação de excelência para as pessoas que não puderem ou não quiserem optar por essa modalidade de ensino. E sempre fiscalizando. Acho que tanto os autores, como a Deputada Júlia Lucy, o Deputado João Cardoso, e os demais, como o meu grande guerreiro lá da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, Deputado Leandro Grass, continuaremos, sim, fiscalizando essa modalidade de ensino. Só para deixar claro que é mais uma opção para as famílias.

S/Patrícia Stein. Segue revisão: Denise.

REVISORA DENISE TELETRABALHO

Continuaremos, sim, fiscalizando essa modalidade de ensino. Só para deixar claro que é uma opção, mais uma opção para as famílias, como bem disse a Deputada Júlia Lucy, o Deputado Delmasso, o próprio Deputado João Cardoso. Não é uma obrigação as pessoas começarem a... Está parecendo até que, a partir de agora, vai ser uma obrigação o *homeschooling*, a educação domiciliar. Então, é mais uma opção e nós,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	75

aqui na Câmara, continuaremos com o nosso papel fiscalizador, bem como nos empenhando, ao máximo, por uma educação de qualidade, de excelência. Eu tenho certeza de que até os autores do projeto, repito aqui – a Deputada Júlia Lucy, o Deputado João Cardoso, o Deputado Delmasso, o Deputado Roosevelt Vilela, talvez algum outro cujo nome eu tenha esquecido – continuarão com esse mesmo sentimento.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy para discutir. Logo após, Deputado Fábio Felix e, depois, o Deputado Valdelino Barcelos.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu quero agradecer essa belíssima fala do Deputado Delegado Fernando Fernandes. Já era o ponto em que eu ia tocar.

A segunda parte agora é para me comunicar com quem está assistindo a nós, pois já são mais de quinhentas pessoas. Viu, Deputado Chico Vigilante? Hoje é recorde total: 631 pessoas!

Em momento nenhum, gente, a regulamentação dessa prática implica o abandono da obrigação de lutarmos por uma educação melhor para todos. Inclusive, eu, que sou uma das autoras, a maior parte das minhas emendas vai para escolas públicas: é cobertura de quadra, é reforma, é construção de lavabo para que os alunos possam retornar agora.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	76

Mas vamos deixar muito claro: não é combate ao sistema tradicional nem à profissão de professor.

E aí, com toda a vênia possível ao meu professor Deputado Prof. Reginaldo Veras: é assustador pensar que alguém pode vir a ser criminalizado por ensinar alguma coisa. Sinceramente, se isso acontecer, aí quem vai sair do Brasil sou eu! Aí eu saio. Já deixo claro: se, para ensinar no Brasil, você tiver de ter um diploma, aí realmente eu não terei mais esperanças neste País.

Quero falar da obrigatoriedade de matricular o filho na escola. Sabe quando isso aconteceu, Deputada Arlete Sampaio? Aconteceu em 1917, na Prússia! O fenômeno da educação obrigatória é recente na humanidade. Ele tem pouco mais de trezentos anos. E antes? As pessoas não se socializavam? As pessoas não aprendiam? Era o que então? Não confundamos, Deputada Arlete Sampaio, educação com matrícula em escola. Educação vai muito além do que estar matriculado numa escola, do que frequentar aula.

É interessante este debate, e eu quero agradecer a todos os colegas que estão falando e, principalmente, aos contrários porque, a cada fala nova, é mais um argumento para a gente defender. O Deputado Fábio Felix trouxe um ponto importantíssimo para a gente pensar: e se o aluno não quiser muito fazer ensino domiciliar? Aí eu pergunto: e o aluno que não quer ser matricular numa escola? E aí, Deputado, ele tem alternativa? Ele não tem. Ele é obrigado a estar matriculado numa escola e, se ele não frequentar, ele reprova por falta.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	77

Então, se é para falar de liberdade, que a gente pense de uma forma ampla, porque hoje os alunos, as crianças e os adolescentes, não têm a opção de não estarem matriculados numa escola tradicional, e isso é cruel porque há muitos alunos que não se adaptam à escola tradicional e sofrem muito, muito. E aí, eu não vou falar de *bullying*, eu não vou falar de problemas que são criados na cabeça das pessoas porque elas não se enquadram naquele sistema. O ser humano é muito além do que uma caixinha em que tentam colocar as pessoas. O ser humano é muito além. Inclusive, se pegarmos os exemplos de pessoas formadas em ensino domiciliar, no mundo, vamos ter exemplos de gênios: gênios do esporte, gênios da Medicina... Vou falar para vocês aqui, inclusive alguns brasileiros também.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Para concluir, Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Para concluir, Sr. Presidente, estamos no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Quero agradecer ao Deputado Leandro Grass pela leitura, e ressaltar o meu compromisso com a responsabilidade fiscal.

É engraçado porque eu vejo essa defesa de uma forma aflorada...

REVISORA DENISE TELETRABALHO

eu vejo essa defesa de uma maneira aflorada agora por certos colegas, mas eles deixam passar projetos. Mas tudo bem, eu não vou polemizar também, não é o caso.

Deputado Iolando Almeida,...

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Pois não, Deputada. Desculpa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	78

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Para concluir, quem leu o projeto entendeu uma coisa. O que tem que acontecer é o registro desse educando no sistema da Secretaria de Educação ou no sistema de uma instituição privada.

Registro no sistema não tem custo, Deputado Leandro Grass. Eu sou gerente de projeto de tecnologia. Se tem uma coisa que eu entendo é de sistema. Você incluir uma pessoa no sistema não tem custo. A sua assessoria deu um parecer, a minha assessoria da Casa, servidores da Casa, deu outro parecer. E aí eu vou deixar muito claramente que não tem como, de uma forma responsável, afirmar que (ininteligível), porque você sequer sabe quantas pessoas vão ser registradas no sistema. E não tem adicional de contratação de pessoal, não tem adicional de construção de sala de aula, não tem adicional de nada. Pelo contrário, certas economias que poderão surgir, como por exemplo, a migração de um aluno que está na rede pública para a proposta do ensino domiciliar, isso também não pode ser captado, pelo simples motivo de ainda não sabermos o público. Nós não sabemos o público.

Então, a todos os que estão assistindo a nós, não há impacto financeiro. Nós estamos tranquilos. A votação já aconteceu na CEOF e aqui é uma simples votação da Emenda nº 7, que não mudou em nada a questão do impacto orçamentário.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, há dois inscritos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	79

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix, para discutir, e, logo após, ao Deputado Valdelino Barcelos.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – O Deputado Valdelino Barcelos pede a palavra pela ordem. Pode falar antes de mim, então.

DEPUTADO VALDELINO BARCELOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO VALDELINO BARCELOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi a V.Exa. e me inscrevi. Vou falar rápido.

Primeiro, quero cumprimentar a todos os colegas por este debate, e que a gente fique até meia-noite, uma hora da manhã. O Deputado Chico Vigilante é *top* nisso aí. A Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Fábio Felix e todos os colegas estão aqui firmes para isso.

Eu concordo com o que o Deputado Delmasso e o Deputado Delegado Fernando Fernandes falaram. Cada um tem uma ciência, pensa na sua família, nos seus filhos. Por exemplo, eu tenho os meus netos. As aulas voltaram. Mas, por causa da pandemia, eu não mandei nenhum para a escola; eles estão assistindo as aulas em casa. A minha filha é professora e está ensinando em casa. Mas tenho outros filhos que optaram por irem para a sala de aula. Quer dizer, quem pode vai; quem não pode não vai. Ele fica na escola, na sala de aula, fazendo o que é melhor. Não é proibido!

Lógico que estamos num País em que temos que discutir isso, porque é um País que está crescendo e precisa crescer ainda mais. Com esse debate é que a gente chegará em algum lugar.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	80

Aqui não tem nada de subversão, e ninguém tem que obrigar o seu filho na marra. Não existe isso. E esse projeto não diz isso.

Agora, qual mãe e pai que não dão conta de educar os seus filhos? Deus os livre! Mas há pai que não quer educar o seu filho. E há muitos aí que até têm condições, mas não fazem nada e deixam o menino chegar aos quinze, dezesseis e dezessete anos para começar a estudar. Tem tudo isso.

Não se pode obrigar a fazer nada. Teríamos que chegar ao ponto de ter uma educação igual a dos Estados Unidos, por exemplo, onde há obrigação de estudar. Este País está começando agora.

Eu, com 71 anos de idade, nunca pensei que ia chegar a ser um Deputado para discutir sobre família. De manhã, meu pai me acordava jogando água para eu ir para o colégio. Se chamasse duas vezes e eu não ia, ele enchia um balde de água e jogava. A gente levantava correndo. A gente ia descalço por cinco quilômetros, e tinha que ir! E quando a gente chegava em casa, apanhava porque ele havia chamado duas vezes e a gente não tinha levantado. Hoje, a gente não pode nem tocar.

Graças a Deus, saí pelo mundo e fiz o que foi melhor. Eu tive uma educação sadia do meu pai e da minha mãe, que estão vivos até hoje. Eu os honro. Eles deveriam ter me batido mais ainda, pois talvez eu tivesse estudado mais. É como se diz: se você não estudar, você não será ninguém na vida. E é por aí.

Eu concordo com a Deputada Júlia Lucy e com cada um que está discutindo aqui para fazer o melhor.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	81

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Obrigado, Deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos num debate importante na Casa e esse debate tem a ver com concepção de educação. Qual é o projeto de educação que se defende? O nosso País foi um dos últimos países da América Latina a universalizar o acesso...

Segue Sandra

IVE/TELETRABALHO

O nosso País foi um dos últimos países aqui da América Latina a universalizar o acesso à educação básica. Na década de 90, nós começamos um processo de universalização. Alcançamos bons resultados com a universalização, porque as pessoas não tinham direito ao acesso à educação neste País e à educação formal com todas as condições objetivas para que essa educação acontecesse. Ainda hoje nós temos muitos problemas para a execução dessa educação formal. A nossa luta hoje é pela valorização da educação como um espaço plural, de concepção e de construção da dimensão humana das pessoas e não apenas da dimensão da formação do ensino, da transmissão do conteúdo, mas a educação no espaço escolar, no espaço comunitário são muito maiores do que isso. E, por isso, nós estamos votando hoje contra este projeto de *homeschooling* por vários aspectos formais que já foram apresentados aqui. Mas, porque a Constituição, diferentemente do que foi dito antes, lá no seu art. 227, quando trata dos direitos da criança e do adolescente, desloca esse direito e não o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	82

deixa absoluto para o pai e para mãe sobre a criança e o adolescente, até para esta dimensão humana poder superar a violação a esses direitos.

O Deputado Delmasso fez uma pergunta aqui, a pergunta do Deputado era a seguinte: se a família não teria condições de prestar essa educação? Ou se a família não seria um espaço de acolhimento, de respeito aos direitos? Foi essa a minha compreensão da pergunta de S.Exa. E minha resposta é: não necessariamente. Inclusive, muitos pais e mães são culpados pela violência intrafamiliar. Eu trabalho com crianças e adolescentes e quando eu trabalhei com crianças e adolescentes em situação de rua e precarização das condições de vida delas, a gente recebeu muitas denúncias de abuso sexual. Eu não sei se V.Exas. sabem que a maior parte das denúncias de abuso sexual estão no contexto intrafamiliar. Acontecem no âmbito da família. Nós não podemos idealizar e essencializar nenhuma instituição. Eu defendo a família aqui, seja ela plural ou adversa como vocês conhecem aquela definida pelo Supremo Tribunal Federal. É a minha família, até porque eu não podia defender uma família diferente da minha. Eu sou casado com um homem. Eu sou LGBT, eu não podia defender uma família diferente dessa. Está encarnado na minha realidade. Não é escolha. É a minha orientação sexual, mas a gente sabe que a família também tem muitos problemas. É uma instituição que tem problemas. Há mentiras, há traição e há uma série de questões que acontecem e há violência. Então, a gente não pode essencializar a família como espaço de educação. A família pode ser muito boa, pode ser muito positiva, pode aprender com os seus erros, pode errar, mas a família também tem os seus erros. E a gente não pode dar poderes absolutos ao pai e à mãe sobre a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	83

condição educacional dos seus filhos. O filho, a criança e o adolescente precisam ser ouvidos no processo e é óbvio, Deputados e Deputadas, que a relação é desigual. É absolutamente desigual, porque a gente vive em uma sociedade adultocêntrica, o pai e a mãe ditam as regras. Há pouco tempo que nós estamos começando a caminhar para abolir a violência física, porque até hoje, até um dia desses era normal o pai e a mãe espancarem os filhos ou baterem neles. A gente ouve as histórias dos nossos avós. São histórias horrorosas, de violência dentro de casa e aquilo era criação. E hoje nós estamos caminhando para conseguir acabar com isso, com esse processo.

Então, a escola é um espaço importante. A dimensão humana da sociabilidade da educação é uma dimensão fundamental. Então, nós temos que fortalecer a concepção da educação que seja coletiva. Aprovar esse projeto para mim abre uma janela ruim, inclusive, uma janela, como já disse a Deputada Arlete Sampaio aqui, de precarização da educação, porque há muita gente que não gosta da educação. E quem não gosta e não valoriza as políticas públicas vai se aproveitar de leis como essa para precarizar ainda mais a educação e utilizar esses instrumentos para essa precarização se consolidar, justificando isso como *homeschooling* e justificando isso com outras estratégias.

Então, educação precisa ser plural e há contraponto, inclusive, na concepção do pai e da mãe. E esse contraponto é importante. A divergência é importante numa democracia. E a divergência é importante na construção de uma sociedade. Não há que se concordar com absolutamente tudo. Eu acho que isso é importante. Eu acho que o *homeschooling* anula essa dimensão. Ele tenta criar supostas possibilidades

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	84

homogêneas de criação. Isso não é possível. E não é preconceito. Eu acho muito ruim quando alguns Deputados falam: “Os Deputados, as Deputadas não entenderam.” Entendemos. Nós temos posição. Nós formamos posição sobre o tema, Deputada. Entendemos muito bem. Somos contra a posição de V.Exa. em relação a este tema. Defendemos a concepção de educação absolutamente diferente de V.Exa., que é uma concepção de precarização, de desvalorização dos servidores públicos. É uma concepção que votou pela Reforma da Previdência. V.Exa. votou pela Reforma da Previdência que está implicando um desconto enorme aos professores a partir deste mês. Nós votamos contra. A nossa concepção de educação e de serviço público é diferente. E nós vamos disputar essa concepção na sociedade e também no Plenário desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Obrigado, Deputado Fábio Felix.

#### IVE TELETRABALHO

é diferente, e nós vamos disputar essa concepção na sociedade e também no Plenário desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Obrigado, Deputado Fábio Felix.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Donizet.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu quero dizer que vou votar “sim” nesse projeto pelo seguinte motivo:

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	85

primeiro, que a gente tem que ter liberdade de escolha, e a gente tem que acompanhar, também, os países desenvolvidos. O *homeschooling* já é permitido, já é autorizado nos países de primeiro mundo. Por exemplo: Estados Unidos, Finlândia, Áustria, Bélgica, Canadá, França. E isso daqui é uma coisa opcional, está parecendo que é uma regra.

Quem tiver condições de educar o seu filho em casa, que eduque. Tem gente que tem formação, que tem condições, que quer, inclusive existem várias regras para se fazer isso. Para se ter ideia, para que ele consiga ter acesso ao diploma, ao certificado de formação, ele tem que passar por uma prova. Ele vai seguir as regras, mesmo porque, para ensinar para uma criança Matemática, Português, Geografia, não é tão simples assim, ou seja, esse estudo é para quem tem condições, para quem tem conhecimento de ensinar.

Eu falo isso também, todo mundo está falando aí de experiência, de título, de formação, eu também sou professor. Sou licenciado da computação, ou seja, tenho formação específica para isso.

Eu acho que a gente tem que, a primeira coisa, valorizar a liberdade de escolha das pessoas. Quem tiver condições, que ensine. Quem não tiver, que não ensine. Eu acho que a gente ficar debatendo coisas repetitivas aqui... Por exemplo, não tem nada a ver a situação do Iprev aqui. O que tem a ver a situação do Iprev com a discussão do *homeschooling*? Existem pontos de vista diferentes, não quer dizer que eu estou certo, que algum outro Deputado está correto...

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	86

Por exemplo, já que levantaram a questão do Iprev aí, muitos vão votar naquilo por entender que se não tivesse essa... Se não fosse favorável ao Iprev, os servidores públicos não teriam condições de receber, porque existem muitas informações que são propagadas e que chegam aos professores de forma errada. Por exemplo, eu ando recebendo, como muitos de vocês, mais de quinhentas mensagens de professores, com foto de contracheques, dizendo que a gente acabou com o salário, o que não é verdade! Não é verdade!

No meu ponto de vista, a gente está podendo fazer essa discussão baseada no ponto de vista de todos os Parlamentares que estão representando aqui a população. Então, sou favorável ao projeto, não vou ficar demonizando, dizendo que vai acabar com a educação, até mesmo porque não são coisas concorrentes, assim como alguns Deputados aqui falaram. As minhas emendas são destinadas, em sua maioria, para as escolas, principalmente para as escolas do Gama. Tem melhorado muito a educação naquela cidade, e não tem nada a ver uma coisa com a outra.

É a posição de cada um que é livre, é individual, a gente tem que respeitar, tem que debater. Eu acho que a gente está debatendo aí em todas as comissões, isso é importante, mas vamos tentar acelerar essa votação, já que a gente está batendo recorde hoje de pessoas assistindo a nós. Estou acompanhando aqui os comentários e a maioria das pessoas são favoráveis a esse projeto, de acordo com o que a gente está acompanhando aqui na internet.

É isso, Sr. Presidente.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	87

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Continua em discussão.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho importante que a gente esteja até essa hora debatendo, quase 20h30, porque aqui é a casa do debate. Aqui é a casa do esclarecimento das coisas. Quem não quiser debater, não vire parlamentar. O nome já diz, parlamentar. Não quer debater, não vire Deputado, nem Senador, nem Deputado Federal.

Falou-se aqui de socialização. A diferença é que no século passado a gente vivia em aldeias. Eu não estou falando de índio, não, porque os índios ainda continuam em aldeias. Não é? Ali todo mundo se conhecia. Lá na minha Palmeiras, em Vitorino Freire, a meninada ficava brincando no terreiro e as mães conversando, mas a gente ia para a escola. Lá no interiorzão, no mato, a gente ia para a escola. Final de tarde, a gente estava ali.

Portanto, acho que é importante esse debate. Pai nenhum está proibido, porque não há uma lei para dizer que ele tem que educar os filhos. E vamos separar. Educação é uma coisa e transmissão de conhecimento é outra. A educação de que foi falada aqui a gente tinha lá no interior ao falar para o pai: “Sim, Senhor”, de dar a benção, uma série de coisas que a gente fazia. Eu sempre digo que a escola transmite conhecimento, a educação são os pais que dão.

Portanto, sou contra o projeto porque

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	88

s/ Pedro

REV: ANDRÉ.

Portanto, eu sou contra o projeto porque ele vai, ao contrário, segregar ainda mais as pessoas. Nós queremos que essas pessoas vivam em comunidade. O ideal é um país em que o pobre estuda junto com o rico. Aqui no Brasil não é assim ainda. Quem tem dinheiro coloca o filho na escola americana, paga não sei quantos mil dólares mensais. O filho do pobre, lá do Sol Nascente, tem que estudar no 66. Não estou dizendo que os professores do 66 não sejam bons, são bons, mas não têm os mesmos recursos que são ofertados para a escola americana. É completamente diferente.

Portanto, sobre o projeto, dizem: “mas são poucas pessoas”. Vamos trazer essas pessoas para se socializarem ainda mais! Dizem que são poucas pessoas. Eu desafio aqui: alguém sabe quantos serão beneficiados? Ninguém sabe aqui.

Por isso, vou votar contra o projeto e vou votar com convicção.

Sobre a questão falada aqui dos servidores da educação e demais servidores, não é pouca coisa, não. Um mil e oitocentos reais fazem falta para qualquer trabalhador. E foi isso que foi tirado deles com a reforma previdenciária. E foi tirado para o resto da vida, não é temporário, não! Enquanto eles existirem, esse confisco estará incorporado na vida deles. Portanto, eles merecem respeito. Não é tão simples. Foi um confisco que houve dessas trabalhadoras e desses trabalhadores. E é só ver a revolta deles.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	89

Agora, há muita gente neste País que não respeita servidor público. A Deputada Júlia Lucy, por exemplo, é servidora, ela sabe do sofrimento dos servidores. A Deputada Arlete Sampaio é servidora pública, o Deputado Fábio Felix é servidor público, eles sabem o quanto já tentaram destruir o serviço público neste País, porque as classes média e baixa, a única opção que elas têm é o serviço público.

Essa pandemia do coronavírus está demonstrando a importância que tem, por exemplo, o nosso SUS – Sistema Único de Saúde. Mais de 85% da população brasileira é atendida pelo SUS. É o único sistema assim que existe no mundo. Nem os Estados Unidos possuem um sistema igual ao nosso. Espero que o novo presidente eleito reimplante um sistema que é parecido com o nosso, que foi o sistema implementado pelo Barack Obama.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado José Gomes.

DEPUTADO JOSÉ GOMES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou falar rapidamente aqui. Boa noite a todos que estão nos assistindo, aos Parlamentares. Eu queria falar poucas palavras sobre esse posicionamento em relação ao projeto que trata da educação domiciliar.

Podemos aprovar esse importante projeto hoje no Dia dos Estudantes. É um dia criado para valorizar as crianças, jovens e adultos que sabem que a educação muda uma nação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	90

Ao aprovarmos essa proposta, estaremos garantindo que pais possam atuar fortemente na educação dos filhos, não tirando a responsabilidade do Estado, nem deixando de validar a eficiência, pois esses pais terão de comprovar a dedicação e os resultados que estão sendo alcançados.

Vivemos também um momento único, uma das maiores crises que assolou o Brasil e retirou as nossas crianças das escolas. Eu tenho três filhos pequenos e senti isso na pele.

Devemos permitir que pais, de forma controlada, eduquem seus filhos, garantam o direito de escolher como esses filhos devem ser educados, garantam uma continuidade de ensino para muitos. Estima-se que sete mil famílias já praticam o *homeschooling* no Brasil. Aprovar essa matéria é dar a liberdade e a garantia de lei para esses pais que acreditam que a educação familiar promove um melhor aprendizado e melhores resultados, pois uma flexibilidade de horário, um planejamento individualizado de conteúdo pode respeitar as características de cada criança, o que permite que potenciais e talentos sejam mais trabalhados e desenvolvidos.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Continua em discussão.

(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	91

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.)  
– Votação nominal, Sr. Presidente.

s/Célia

REV: ANDRÉ.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.)  
– Votação nominal, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às Sras. e Srs. Deputados que registrem os seus votos nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	92

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Presidente, Deputado Fábio Felix vota “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado Fábio Felix vota “não”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Deputado Chico Vigilante vota “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado Chico Vigilante vota “não”.

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Presidente, Deputado Daniel Donizet vota “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado Daniel Donizet vota “sim”.

DEPUTADO JOSÉ GOMES – Deputado José Gomes vota “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado José Gomes vota “sim”.

DEPUTADO VALDELINO BARCELOS – Sr. Presidente, Deputado Valdelino Barcelos vota “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado Valdelino Barcelos vota “sim”.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Sr. Presidente, também voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado Martins Machado vota “sim”.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	93

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, Deputado Leandro Grass vota “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado Leandro Grass vota “não”.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, Deputado Prof. Reginaldo Veras vota “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado Prof. Reginaldo Veras vota “não”.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Deputada Arlete Sampaio vota “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputada Arlete Sampaio vota “não”.

DEPUTADO DELMASSO – Quase que a Deputada Arlete Sampaio vota “sim”.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Não hesitei em nenhum momento, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado Agaciel Maia, como vota V.Exa?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Agaciel Maia vota “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado Agaciel Maia vota “sim”.

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Deputada Júlia Lucy vota “sim”, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Deputado Martins Machado vota “sim”. S.Exa. já votou.

Votação encerrada.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
17   11   2020	18h24min	EXTRAORDINÁRIA	94

**PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis e 5 votos contrários. Houve 6 ausências.**

Está aprovado o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Em discussão o Projeto de Lei nº 356/2019, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.167/2020 e o Projeto de Lei nº 1.268/2020, em primeiro turno.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça já deu o parecer?

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – A Comissão de Constituição e Justiça não está aqui na relação, Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, eu me inscrevo para discutir.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, somente uma explicação para o Deputado Leandro Grass. O substitutivo foi feito pela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Perfeito, eu já compreendi.

PRESIDENTE (DEPUTADO IOLANDO ALMEIDA) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio para discutir.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, havia outras pessoas inscritas na minha frente, mas tudo bem.